

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N.º 003/2023 (CMDCA) - INSTITUI COMISSÃO
ORGANIZADORA E REGULAMENTA O PROCESSO DE ESCOLHA PARA
MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS PARA O QUADRIÊNIO 2024-2027

RESOLUÇÃO N.º 003/2023

INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA e
REGULAMENTA o Processo de Escolha para
Membros do Conselho Tutelar do Município de São
José das Palmeiras para o quadriênio 2024-2027

A Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal nº 665/2021 com apreciação e aprovação da plenária em Reunião ordinária do CMDCA, realizada em 15/03/2023 e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos 131 a 140;

CONSIDERANDO a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.696 de 25/07/2012 que altera artigos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da criança e do Adolescente – ECA), para dispor sobre os Conselhos Tutelares;

CONSIDERANDO que é competência do CMDCA prevista na Lei Municipal Nº 665/2021 a condução do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar para eleição dos conselheiros tutelares do município de São José das Palmeiras e de diplomar e dar posse aos Conselheiros Tutelares eleitos, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Diário Oficial do Município.

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 665/2021 que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente, conselho tutelar, entidades de atendimento governamentais e não governamentais.

CONSIDERANDO o disposto no artigo nº 49 da Lei Municipal nº 665/2021, de que deve ser constituída em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA a Comissão do Processo Eleitoral para membros do Conselho Tutelar, sendo composta de forma paritária por conselheiros representantes do governo e sociedade civil.

CONSIDERANDO a aprovação da Lei Federal nº 13.824/2019, aprovada em 09 de maio de 2019 que altera o art. 132 do ECA sobre a recondução dos Conselheiros Tutelares;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar que atuarão no Quadriênio 2024-2027, composta pelos seguintes membros:

NOME	REPRESENTAÇÃO NO CMDCA	CARGO NA COMISSAO
Leidislaine Stefani Hoffmann	Governamental	Vice Presidente
Regineia da Silva	Governamental	Membro
Marlene Kasik Sarmiento Bassi	Governamental	Membro
Dulcinéia Cristina Lima	Governamental	Secretária
Maria de Fátima Faria	Não Governamental	Membro

Marinês de Lima	Não Governamental	Membro
Eni Nery Pletsch	Não Governamental	Membro

Parágrafo Único: A comissão organizadora do processo de escolha será presidida pela presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, na ausência deste, pela vice-presidente; devendo ser eleito um secretário

Art. 2º. Ficam impedidos de compor a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral pessoas que tenham relação de parentesco com qualquer pré-candidato ao Conselho Tutelar, tais como: cônjuges, conviventes em união estável, inclusive quando decorrente de união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau inclusive.

Art. 3º. Compete à comissão organizadora, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, as seguintes atribuições:

- I** - Cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do CMDCA;
- II** - Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo previsto, os candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, devendo indicar os elementos probatórios;
- III** - Julgar as impugnações de candidaturas;
- IV** - Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão do processo eleitoral:

a) Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

b) Determinar a juntada de documentos e;

c) A realização de outras diligências.

V - Esgotada a fase recursal, publicar a relação dos candidatos habilitados, com ciência ao Ministério Público;

VI - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

VII - Mobilizar todos os recursos necessários para realização do processo eleitoral;

VIII - Caso necessário solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a designação de pessoas aptas ao trabalho durante o processo eleitoral;

IX - Solicitar junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas e em caso de impossibilidade, solicitar o empréstimo de urnas comuns, e o fornecimento de listas dos eleitores do município, a fim de que a eleição seja feita manualmente;

X - Escolher e divulgar os locais de votação;

XI - Providenciar, com antecedência, todo o material necessário para o trabalho das mesas receptoras;

XII - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, bem como entre os Conselheiros do CMDCA, os mesários e escrutinadores, e seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XIII - Instalar as mesas receptoras, em número suficiente, com função de disciplinar, fiscalizar, receber e apurar os votos, compostas por um Presidente, 1º Mesário e 2º Mesário.

XIV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no curso do processo eleitoral, conforme procedimento especificado no Edital de Convocação;

XVI - Julgar as infrações cometidas pelos candidatos;

XVII - Conduzir o Processo de Escolha de acordo com a regulamentação contida nesta Resolução e no Edital de Convocação;

Art. 4º. As deliberações e decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º. Todas as deliberações e decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha serão submetidas à plenária do CMDCA.

Art. 6º. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar é regulamentado pelas legislações federais nº 8.069/1990, nº

12.696/2012 e nº 13.824/2019, bem como pela legislação municipal nº 665/2021 sendo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com o apoio da Justiça Eleitoral e sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 7º. O Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de São José das Palmeiras – PR será organizado e conduzido pela comissão organizadora a qual irá elaborar e divulgar, o Edital de Convocação do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, a ser divulgado até o dia 31 de março de 2023.

Art. 8º. O Processo de Escolha visa o suprimento de 5 (cinco) vagas de Conselheiros Tutelares, mais formação de lista de suplentes.

§1º. Os suplentes serão convocados a qualquer tempo, para o suprimento das vagas previstas no art. 63º§ 1º da Lei Municipal nº 665/2021.

§2º. Os Conselheiros Tutelares eleitos como titulares e os 05(cinco) primeiros suplentes, deverão participar do processo de capacitação/ formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento), conforme prevê o art.66 da lei municipal nº 665/2021.

Art. 9º. A relação de documentos que deverão ser apresentados pelos candidatos à função de Conselheiro Tutelar, estará disposta no Edital de Convocação do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

Art. 10. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 11. O descumprimento das normas previstas no Edital de Convocação do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar e demais atos a serem publicados pela Comissão Organizadora, implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Art. 12. Para participar do processo de escolha, o candidato deverá passar pelas seguintes etapas:

I – Inscrições, sujeitas a homologação

II – Avaliação psicológica de caráter eliminatório

III– Eleição, de caráter Classificatório.

Art. 13. A remuneração do conselheiro tutelar será de R\$ 2.005,00.

Art. 14. O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, por sufrágio universal direto e pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de São José das Palmeiras – PR.

Art. 15. O local de votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será divulgado posteriormente nas redes sociais do Município de São José das Palmeiras, sendo também afixados cartazes em locais estratégicos na sede do Município, com o objetivo de incentivar os eleitores a exercerem a cidadania do voto.

Art. 16. Somente poderão votar os eleitores do Município de São José das Palmeiras que possuírem mais de 16 (dezesseis) anos de idade e estiverem com a situação regular perante a Justiça Eleitoral.

Art. 17. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas

cedidas pela Justiça Eleitoral. Na falta de urnas eletrônicas, será realizada a votação através de cédulas manuais.

Ar. 18. Todas as informações pertinentes ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar estarão descritas no Edital de Convocação do Processo de Escolha.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 16 de março de 2023.

LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN

Vice Presidente do CMDCA

Publicado por:

Fernanda Souza Pereira

Código Identificador:4F731E94

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/03/2023. Edição 2732

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>